

Resenha

Livro: *Política Econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010.*

Autor: Fabrício Augusto de Oliveira

Editora: Azougue Editorial, Rio de Janeiro, 2012 (Pensamento Brasileiro).

Por Ricardo Carneiro*

É relativamente consensual o entendimento de que a política econômica, nas sociedades modernas, se articula em torno de três macro-objetivos: a garantia da estabilidade monetária; a promoção do crescimento sustentado da economia, o que inclui uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada; e a preocupação com o equilíbrio das contas externas do país. Conciliar tais objetivos, contudo, constitui um desafio que nada tem de trivial, refletindo a influência de um conjunto variado de fatores, alguns dos quais escapam ao controle do próprio governo. Isto, por algumas importantes razões.

Em primeiro lugar, por não ser a ciência econômica uma ciência exata – ainda que alguns economistas insistam em assim tratá-la –, mas um ramo das ciências sociais. Significa dizer que o fenômeno econômico comporta interpretações distintas, das quais decorrem proposições também distintas quanto à natureza do problema a ser enfrentado e à forma de fazê-lo. Interpretações equivocadas informam políticas econômicas igualmente equivocadas ou inadequadas face aos objetivos que se quer alcançar ou promover. Para o prof. Fabrício Augusto de Oliveira, em seu mais recente livro, “Política Econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010”, no entanto, não é apenas isto o que importa. Tão ou mais importante, segundo o autor, é a prevalência de uma determinada linha de interpretação econômica, que se corporifica como “ciência oficial”, cujo traço marcante é o alinhamento com a preservação do *status quo*, privilegiando os interesses dos “donos do poder”. A adesão acrítica à ciência oficial transforma suas prescrições em dogmas, que são seguidos fielmente a despeito de resultados nem sempre satisfatórios ou mesmo contraproducentes.

Em segundo, porque qualquer que seja a política adotada, ela tem

* Professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (FJP).

consequências não pretendidas – com frequência, não antecipadas –, que não podem ser negligenciadas. De um lado, esses efeitos não pretendidos podem dificultar ou mesmo inviabilizar a promoção simultânea de mais de um macro-objetivo, tornando-os, na prática, excludentes, o que costuma ser justificado com o lema de que “não existe almoço grátis”. De outro, as escolhas prévias no campo das políticas públicas deixam legados que influenciam as escolhas futuras, favorecendo determinadas alternativas em detrimento de outras, confluyente com a noção de dependência de trajetória.

Em terceiro, porque as políticas econômicas são formuladas e implementadas em contextos históricos especificamente determinados, tanto nos planos externo quanto interno, que influenciam o funcionamento do sistema econômico. No plano externo, o fenômeno da globalização, ao aprofundar a interdependência das economias nacionais, torna-as mais expostas ao que se passa na economia mundial, com destaque para suas instabilidades e crises, caso da crise “surpresa” do crédito *subprime* de 2008. No plano interno, como Fabrício Augusto de Oliveira chama a atenção em seu livro, a complexidade dos problemas estruturais enfrentadas pelo país demanda ações de horizonte temporal de longo prazo, que, por essa razão, pouco atraem a atenção política do governante de turno.

Parece incontestado que o desafio de conciliar estabilidade monetária, crescimento econômico e equilíbrio externo não vem sendo enfrentado a contento pelo governo brasileiro. A ênfase conferida à estabilização e, o que é mais importante, a forma como esta vem sendo perseguida têm comprometido a promoção do crescimento sustentado da economia. Como argumenta Fabrício Augusto de Oliveira, desde o final da década de 1970 o país se encontra enredado numa “armadilha de baixo crescimento”, produzida pela combinação das políticas econômicas adotadas ao longo do período. A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) não deixa dúvidas a esse respeito. A taxa média de crescimento do PIB na década de 1980 foi de apenas 2,93% ao ano, tendo se reduzido ainda mais na década de 1990, quando se situou no modesto patamar de 1,63% ao ano. Na década seguinte, o desempenho revelou-se mais satisfatório, ainda que longe dos índices de crescimento alcançados nos anos 1970. A taxa média de crescimento do período

subiu para 3,63% ao ano, impulsionada pelo desempenho da economia no segundo Governo Lula, da ordem de 4,48% ao ano. O quadro se torna ainda mais desalentador ao se examinar o comportamento do PIB per capita. De um crescimento à taxa média de 0,86% ao ano na década de 1980, transita-se para uma taxa negativa de 0,07 % ao ano na década de 1990, retomando-se o crescimento positivo na década seguinte, que se faz à taxa média não muito animadora de 2,39% ao ano.

O objetivo deste novo livro do prof. Fabrício Augusto de Oliveira consiste em examinar a “armadilha do baixo crescimento” que aprisiona a economia brasileira, com o intuito de entender as razões pelas quais o país não consegue encontrar, mesmo experimentando políticas econômicas de conteúdos os mais variados, um caminho capaz de permitir-lhe a retomada de taxas históricas de crescimento próximas a 7% ao ano, observadas até a década de 1970. Com este objetivo, o autor realiza um esforço analítico, procurando desvelar a natureza da política econômica praticada ao longo dos 30 anos compreendidos entre o início da década de 1980 e o final do segundo Governo Lula. Tal esforço envolve identificar os objetivos e as estratégias das políticas econômicas adotadas no decorrer do período e avaliar os resultados por elas produzidos, pretendidos e não pretendidos, demarcando suas principais inflexões e, ao mesmo tempo, arrolando possíveis fatores para explicar como e porque ocorrem.

O livro é organizado em quatro partes e se desdobra em nove capítulos, os quais remetem a inflexões que se quer demarcar na condução da política econômica. A primeira parte do livro recupera as origens da crise dos anos 1980 e as iniciativas de ajustamento das contas externas promovidas pelo governo militar para, na sequência, examinar criticamente os planos de estabilização lançados durante o governo Sarney na tentativa, infrutífera, de alcançar a estabilidade econômica. A segunda trata das políticas adotadas nos governos Collor e Itamar Franco, que são informadas pela preocupação com o controle do processo inflacionário, cujo agravamento irá desembocar no lançamento do Plano Real. A terceira é dedicada à análise do Plano Real, recobrando os dois Governos FHC e o primeiro Governo Lula. Nela, examinam-se a arquitetura do plano enquanto programa de estabilização e sua administração nos Governos FHC, culminando na análise da gestão

econômica no primeiro Governo Lula, cujo traço saliente é a adesão à ortodoxia que informa a política econômica da era FHC. A quarta e última parte direciona o foco analítico para o segundo Governo Lula, responsável pelo melhor desempenho da economia ao longo do período examinado. A análise procura mostrar que tal resultado não reflete nem expressa uma correção dos rumos da política econômica capaz de romper com a armadilha do baixo crescimento. O prolongamento da crise mundial de 2008 e a persistência de problemas estruturais internos não resolvidos, porque não efetivamente enfrentados, se combinam para trazer de volta à cena políticas econômicas que reconduzem o país à trajetória de baixo crescimento, evidenciado nos dois primeiros anos do Governo Dilma.

Tendo em consideração a riqueza das informações arroladas, a profundidade e o rigor das análises realizadas, a obra se apresenta desde logo como uma referência fundamental, e obrigatória, para a compreensão da trajetória da economia brasileira desde a década de 1980, examinada a partir de uma avaliação crítica da política econômica no período. *Política econômica, estagnação e crise mundial* é um livro de economia política cuja importância extravasa a esfera acadêmica. Num contexto em que o crescimento adquire formalmente prioridade na agenda governamental, ele pode ser visto como uma contribuição extremamente oportuna e relevante para o debate em busca de soluções consistentes para os problemas que têm se colocado, de forma recorrente, como obstáculo à sua promoção.